



**Boletim de Conjuntura Econômica**  
Boletim n.83, Junho, 2022

#### **Elaine Cristina de Piza**

*Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenadora da equipe de política fiscal do projeto de extensão "Conjuntura econômica brasileira – divulgação de análises".*

[ecpiza@uem.br](mailto:ecpiza@uem.br)

#### **Kátia Harumi Omoto Uripia**

*Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenadora da equipe de política fiscal do projeto de extensão "Conjuntura econômica brasileira – divulgação de análises".*

[khomoto@uem.br](mailto:khomoto@uem.br)

#### **Nomes dos integrantes do subgrupo**

##### **Alan Dutra Reis Garcia**

[ra119415@uem.br](mailto:ra119415@uem.br)

##### **Cleiton Lopes machado**

[ra125936@uem.br](mailto:ra125936@uem.br)

##### **Douglas Eduardo dos Santos Pires**

[ra122565@uem.br](mailto:ra122565@uem.br)

##### **Isadora Abilas Tarosso**

[ra103350@uem.br](mailto:ra103350@uem.br)

##### **João Pedro Cataplan Montanher**

[ra107249@uem.br](mailto:ra107249@uem.br)

Acadêmicos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e participantes da equipe de Política Fiscal do projeto.

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Correspondência/contato

Av. Colombo, 5.790 – Bloco: C-34 – Sala 11

Jd. Universitário - Maringá - Paraná - Brasil

CEP 87020-900

## **POLÍTICA FISCAL**

### **Análises do segundo semestre de 2021**

#### **RESUMO**

O ano de 2021 é marcado por uma relativa melhora nas contas públicas. O Setor Público Consolidado apresentou um superávit primário de R\$ 64,73 bilhões (equivalente a 0,75% do PIB). Foi o melhor resultado anual desde 2013. Apesar do aumento real em 30,4% nas despesas com juros nominais, o setor público consolidado apresentou uma queda, em termos reais, de 65,56% no déficit nominal, em função do resultado primário positivo ocorrido em 2021. Já o Governo Central apresentou um déficit de R\$ 37,98 bilhões (-0,4% do PIB) em 2021. Mesmo assim, também foi o melhor resultado anual desde 2013 e representa, em termos reais, uma queda de 95,53% em relação ao déficit de 2020. A melhora das contas públicas se deu tanto em razão do aumento da arrecadação, quanto da queda nas despesas. O aumento da arrecadação se deu em função do retorno das atividades econômicas, do aumento nas receitas com dividendos e participações, principalmente dos bancos públicos e Petrobrás e do aumento das receitas com exploração de recursos naturais. Já a queda das despesas se refere principalmente em razão das menores despesas discricionárias com a pandemia. Com relação aos indicadores de dívida pública, estes tiveram uma redução em proporção do PIB. Entretanto, em razão dos aumentos da taxa de juros Selic, o custo da dívida pública aumentou em 2021.

**Palavras Chaves: Resultado Primário, Governo Central, Setor público, Dívida Pública.**

## 1. INTRODUÇÃO

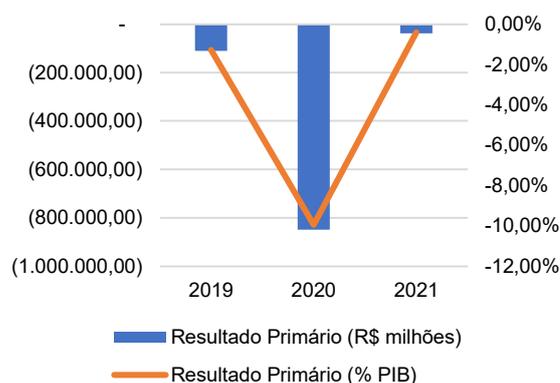
O presente boletim tem por objetivo analisar a condução da política fiscal no Brasil ao longo do ano de 2021 em comparação com o ano de 2020. A análise envolve a discussão sobre o resultado primário do Governo Central no critério acima da linha, divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, enfatizando os principais fatores que levaram às oscilações de receitas e despesas primárias, bem como o cumprimento das metas fiscais para o ano de 2021. Além disso, avalia-se a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), no critério abaixo da linha, considerando o resultado primário, os juros segundo critério de competência e o resultado nominal do Setor público e, por fim, os indicadores de dívida pública, a saber, dívida mobiliária federal interna, dívida líquida do setor público e dívida bruta do governo geral.

## 2. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central envolve as contas da Previdência Social, do Banco Central e do Tesouro Nacional e apresentou no ano de 2021 um déficit primário de R\$37,97 bilhões (0,4% do PIB) ante um déficit de R\$844,31 bilhões (equivalente a 9,95% do PIB) para o mesmo período de 2020, significando uma queda de 95,53% no déficit primário, conforme dados do Gráfico 01.

Como será analisado ao longo deste boletim, o retorno das atividades econômicas e a melhora nas condições sanitárias diante a pandemia de Covid 19 foram importantes para explicar esse melhor desempenho das contas públicas no ano de 2021.

Ao se comparar com o ano de 2019, percebe-se que houve uma redução de 65,72% no déficit primário, indicando que houve melhora nos resultados fiscais. Na verdade, o resultado primário de 2021 foi o melhor resultado desde 2013, quando houve um superávit de R\$118,31 bilhões (equivalente a 1,35% do PIB), conforme dados da Tabela 01.



**Gráfico 01 - Resultado Primário do Governo Central nos anos de 2019, 2020 e 2021 em R\$ milhões e em percentual do PIB**

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

Pode-se perceber que a partir de 2014, quando a economia brasileira se desacelera, o resultado primário do governo central se torna negativo. Os déficits piram em 2015 e 2016, quando a economia entra em recessão. Entretanto, apesar de entre 2017 a 2019 a economia voltar a crescer, mesmo que a taxas modestas, o resultado primário continuou deficitário, mesmo diante da Emenda Constitucional 95 (conhecida como PEC dos gastos) que limitou por vinte anos os gastos públicos.

**Tabela 01 - Resultado Primário do Governo Central nos anos de 2012 a 2021 em R\$ milhões e em % do PIB**

Ano	(R\$ milhões)	(% PIB)	Taxa cresc. PIB
2012	148.523,81	1,77	1,92
2013	118.319,02	1,35	3,00
2014	- 35.210,28	-0,41	0,50
2015	-165.444,87	-2,01	-3,55
2016	-208.429,57	-2,57	-3,28
2017	-156.626,62	-1,89	1,32
2018	-145.243,41	-1,72	1,78
2019	-110.780,01	-1,29	1,22
2020	-849.305,93	-9,95	-3,88
2021	- 37.974,93	-0,40	4,62

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2021

Valores em R\$ milhões a preços de junho de 2021

As discussões que se seguem apresentam os destaques dos principais

fatores que levaram a redução do déficit primário do Governo Central.

## 2.1 A EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL DO GOVERNO CENTRAL NO ANO DE 2021

Nesta parte do Boletim são analisadas as receitas do Governo Central para os anos de 2019, 2020 e 2021. Na maior parte das tabelas e gráficos, os dados são apresentados em R\$ milhões, deflacionados pelo IPCA a preços de dezembro de 2021.

A conta de receitas do Governo Central do Brasil pode ser discriminada em quatro tipos de arrecadações, a saber, Receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB), Incentivos fiscais, Arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Receitas não administradas pela RFB. A Tabela 02 apresenta a receita do Governo Central e os seus quatro principais tipos de receitas para os anos de 2019, 2020 e 2021.

**Tabela 02 - Receita Total do Governo Central (R\$ milhões) para os anos de 2019, 2020 e 2021**

Discriminação	Jan-Dez/2019	Jan-Dez/2020	Jan-Dez/2021
1. RECEITA TOTAL	1.917.508,81	1.666.354,55	2.026.618,26
1.1 - Receita Administrada pela RFB	1.111.168,06	1.021.635,91	1.255.743,95
1.2 - Incentivos Fiscais	-56,00	-158,13	-165,75
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	484.685,10	458.887,35	483.784,38
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	321.711,65	185.989,42	287.255,67

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

Nota-se uma retração da arrecadação no ano de 2020, passando de R\$1,92 trilhões em 2019 para R\$1,67 trilhões em 2020, que é justificada pela chegada da pandemia no Brasil e da interrupção do funcionamento de diversas atividades econômicas, tal como retratado em boletins anteriores. Entretanto, em 2021 as receitas apresentam um aumento para R\$2,03 trilhões em razão principalmente do retorno das atividades econômicas.

A Tabela 03 apresenta a variação percentual de receitas de 2019 para 2021 e de 2020 para 2021. Decidiu-se avaliar as mudanças na arrecadação de 2019 para 2021 objetivando verificar o comportamento das contas públicas entre um ano pré pandemia e um ano em que a economia estava retomando mais próximo do normal.

Conforme verificado na Tabela 03, as receitas do governo sofreram um aumento de 21,62% no ano de 2021, se comparadas com o ano de 2020. Ao analisar a variação percentual da arrecadação de 2019 para 2021 percebe-se um aumento na mesma em 5,69%, passando de R\$1,92 trilhões para R\$2,03 trilhões.

**Tabela 03 - Variação da Receita Total do Governo Central**

Discriminação	Var%2019/21	Var%2020/21
1. RECEITA TOTAL	5,69	21,62
1.1 - Receita Administrada pela RFB	13,01	22,92
1.2 - Incentivos Fiscais	195,99	4,82
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	-0,19	5,43
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	-10,71	54,45

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

Dentre as arrecadações apresentadas, a Receita administrada pela RFB é a que apresenta maior participação relativa dentro das receitas totais. No Gráfico 02 é possível verificar que ela corresponde a 61,96% de toda a arrecadação. Essa variável apresentou um crescimento de 22,92% de 2020 para 2021 e ainda um aumento de 13,01% de 2019 para 2021, sendo o componente que mais ajuda a explicar a elevação da receita total de 2019 para 2021.

Já ao se analisar os incentivos fiscais (Tabela 03), verifica-se um aumento nos três períodos. É importante lembrar que eles são benefícios fiscais, por esse motivo, eles entram como um valor negativo na conta da receita total. Assim, o aumento dessa variável leva a uma queda no valor da receita total.

Dessa forma, afirma-se que de 2019 para 2021 houve um aumento de 195,99% nessa variável, indicando um aumento dos benefícios fiscais.

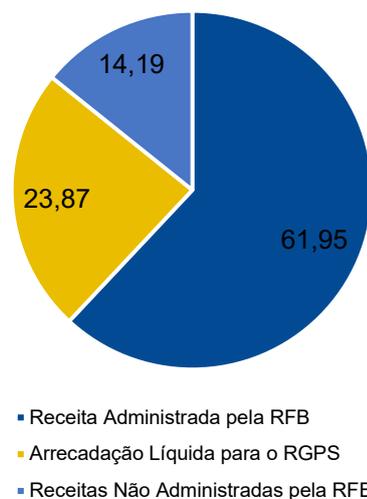
Por fim, o último tipo de arrecadação é a Arrecadação Líquida para o RGPS, que representa 23,87% da arrecadação total. Na Tabela 03 constata-se um aumento de 5,43% de 2020 para 2021 e uma queda de 0,19% na variação de 2019 para 2021, indicando que ela não retornou aos níveis pré-pandemia.

Segundo Martelo e Lis (2021), o ano de 2020 apresentou a pior arrecadação em 10 anos, confirmando que o ano de 2020 foi um ano atípico para as contas públicas. A queda de 2019 para 2020 foi um reflexo da retração econômica brasileira. De acordo com dados do IPEA (2022) a atividade econômica no ano em questão retraiu 3,9%. Isto ocorreu porque parte significativa das receitas terem um comportamento pró-cíclico, ou seja, a arrecadação aumenta com a melhora da atividade econômica.

Outro ponto de impacto para a arrecadação de 2019 para 2020 foi o adiamento da cobrança de impostos, que foi uma medida adotada pelo governo para aliviar o caixa das empresas que sofreram diretamente com as imposições das medidas sanitárias. Além disso, a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) também contribuiu para a queda<sup>1</sup> (MARTELO & LIS, 2021).

Já em 2021 a recuperação da atividade econômica, perfazendo um crescimento do PIB em 4,6% conforme IPEA (2022) e o aumento na arrecadação dos impostos sobre lucros e rendimentos contribuíram para a retomada da arrecadação (MÁXIMO, 2022). Isso porque o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido tiveram um recolhimento extraordinário, impulsionado pelo aumento do lucro das empresas. Além disso, teve-se também uma melhora nos dividendos que decorreram do fim da vigência das resoluções CMN 4.820<sup>2</sup> e 4.885<sup>3</sup> de 2020 (TESOURO NACIONAL, 2021). Também contribuiu positivamente o

aumento da alíquota do IOF, que entrou em vigor em outubro de 2021.



**Gráfico 02 - Participação relativa na Receita Total do Governo Central para o ano de 2021**

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

A seguir são analisadas essas informações de forma mais desagregadas.

A Receita Administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) é dividida em dez subcategorias, que podem ser verificadas na Tabela 04. Com exceção do CIDE todas as Receitas administradas pela RFB aumentaram de 2020 para 2021.

Dentre as receitas apresentadas, as que tiveram maior variação de 2020 para 2021 foram o IOF (104,42%), o CSLL (33,71%) e o Imposto de importação (25,33%). A Tabela 05 contém a variação dessas receitas de 2019 para 2021 e de 2020 para 2021.

Entretanto, cabe destacar que apesar do IPI ter aumentado a arrecadação em 2021 tanto quando comparado com 2019 quanto quando comparado com 2020 algumas de suas categorias tiveram redução de arrecadação como, por exemplo, o IPI de automóveis que teve quedas de 45,18% e 7,10% em 2021 quando comparado com 2019 e 2020, respectivamente. Isto se deveu

<sup>1</sup> O IOF foi reduzido a zero para as operações de crédito no ano de 2020.

<sup>2</sup> A Resolução CMN 4820/2020 estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os

potenciais efeitos da pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional.

<sup>3</sup> A Resolução CMN 4.885/2020 dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia

em razão da queda no volume de vendas de carros novos.

**Tabela 04 - Receitas Administradas pela RFB (R\$ milhões)**

Discriminação	Jan-Dez/2019	Jan-Dez/2020	Jan-Dez/2021
1.1.01 Imposto de Importação	50.518,84	51.938,24	65.095,02
1.1.02 IPI	61.836,35	64.288,50	74.824,47
1.1.03 Imposto de Renda	468.039,98	436.579,65	544.956,22
1.1.04 IOF	48.148,54	25.111,37	51.331,71
1.1.05 Cofins	280.164,69	251.770,32	288.066,05
1.1.06 PIS/Pasep	76.016,71	71.016,82	79.861,97
1.1.07 CSLL	96.528,16	90.221,54	120.639,06
1.1.08 CPMF	0,00	0,00	0,00
1.1.09 CIDE Combustíveis	3.279,81	2.267,82	2.001,11
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	26.634,99	28.441,64	28.968,33

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

Apesar do crescimento expressivo das arrecadações do IOF, CSLL e do Imposto sobre a importação é importante verificar o peso relativo deles dentro da arrecadação total. Por esse motivo a Tabela 06 expõe a participação relativa na receita total de cada uma das arrecadações que compõem as Receitas administradas pela RFB. Diante disso, nota-se que nenhuma das três arrecadações citadas acima possuem um peso expressivo dentro do total.

**Tabela 05 - Variação da Receitas Administradas pela RFB**

Discriminação	Var%2019/21	Var%2020/21
1.1.01 Imposto de Importação	28,85	25,33
1.1.02 IPI	21,00	16,39
1.1.03 Imposto de Renda	16,43	24,82
1.1.04 IOF	6,61	104,42
1.1.05 Cofins	2,82	14,42
1.1.06 PIS/Pasep	5,06	12,46
1.1.07 CSLL	24,98	33,71
1.1.08 CPMF	-	-
1.1.09 CIDE Combustíveis	-38,99	-11,76
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	8,76	1,85

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

O Imposto de Renda que representou uma participação de 26,89% da Receita total em 2021, sofreu um aumento de 24,82% de 2020 para 2021 e um aumento de 16,43% de 2019 para 2021. O fato de ter uma participação elevada no total da arrecadação, mudanças percentuais no imposto de renda, mesmo que relativamente menores, tendem a provocar maior impacto sobre a arrecadação total. Esse aumento foi uma consequência, principalmente, do aumento da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, que cresceu 56,89% de 2020 para 2021 e 46,06% de 2019 para 2021, sendo que a participação relativa dele nas Receitas Totais de 11,16%.

A arrecadação líquida para o RGPS é referente a arrecadação líquida da Previdência Social, e ela é discriminada em dois tipos: Arrecadação Urbana e a Rural.

**Tabela 06 – Participação relativa das Receitas Administradas pela RFB nas Receitas Totais em 2021**

Discriminação	Part.relative na receita total em 2021
1.1.01 Imposto de Importação	3,21
1.1.02 IPI	3,69
1.1.03 Imposto de Renda	26,89
1.1.04 IOF	2,53
1.1.05 Cofins	14,21
1.1.06 PIS/Pasep	3,94
1.1.07 CSLL	5,95
1.1.08 CPMF	0,00
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,10
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1,43

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

A Tabela 07 apresenta a arrecadação em R\$ milhões para o RGPS para os anos de 2019, 2020 e 2021. Já a Tabela 08 contém as variações e participações relativas na Receita Total dos tipos de Arrecadação Líquida para o RGPS.

**Tabela 07 - Arrecadação líquida para o RGPS (R\$ milhões)**

Discriminação	Jan-Dez/2019	Jan-Dez/2020	Jan-Dez/2021
1.1 Urbana	474.866,79	449.126,36	472.914,106
1.2 Rural	9.818,30	9.760,98	10.870,27

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

Observando a arrecadação rural têm-se que ela foi de R\$9,76 bilhões em 2020 para R\$10,87 bilhões em 2021, o que representa um aumento de 11,36%. Enquanto que a urbana apresentou uma taxa de crescimento mais modesto, saindo em 2020 de uma arrecadação de R\$449,13 bilhões para R\$472,91 bilhões em 2021. E embora esse crescimento tenha sido de apenas de 5,30%, a sua participação relativa representa 23,34% de toda a Receita Total

em 2021, significando uma contribuição maior para as alterações na receita total.

**Tabela 08 - Arrecadação líquida para o RGPS variação e participação relativa no ano de 2021**

Discriminação	Var%2019/21	Var%2020/21	Part.relative na receita total em 2021
1.1 Urbana	-0,41	5,30	23,34
1.2 Rural	10,71	11,36	0,54

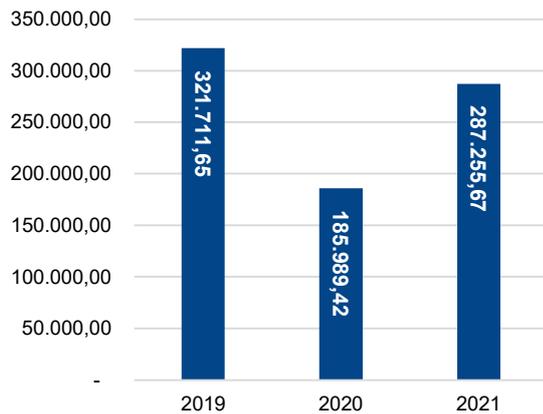
Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

A arrecadação líquida para o RGPS foi influenciada pelo saldo positivo de empregos no ano de 2021 (TESOURO NACIONAL, 2021), que é uma consequência da melhora na atividade econômica.

Dentre os quatro tipos de receitas apresentadas foram as Receitas não administradas pela RFB que tiveram a maior variação positiva de 2020 para 2021 (aumento de 54,45%). Já com relação a 2019, houve uma queda de 10,71% em 2021. Conforme o Gráfico 03, as receitas não administradas pela Receita Federal passaram de R\$321,71 bilhões em 2019 para R\$185,60 bilhões em 2020 e de R\$287,26 bilhões em 2021. Cabe destacar que a arrecadação em 2019 foi bem acima dos anos anteriores, conforme discutido no Boletim 81, em decorrência de cessão onerosa da Petrobrás (no Gráfico 04 esse fato é observado no item concessões e permissões).

Por fim, com relação às receitas não administradas pela RFB, estas tiveram em 2021 uma queda real de 10,71% em relação a 2019 e um aumento real de 54,45% em comparação com o ano de 2020, passando de R\$321,71 bilhões em 2019 para R\$287,26 bilhões em 2021, conforme Gráfico 03.



**Gráfico 03 - Receitas Não Administradas pela RFB do Governo Central nos anos de 2019, 2020 e 2021 (R\$ milhões)**

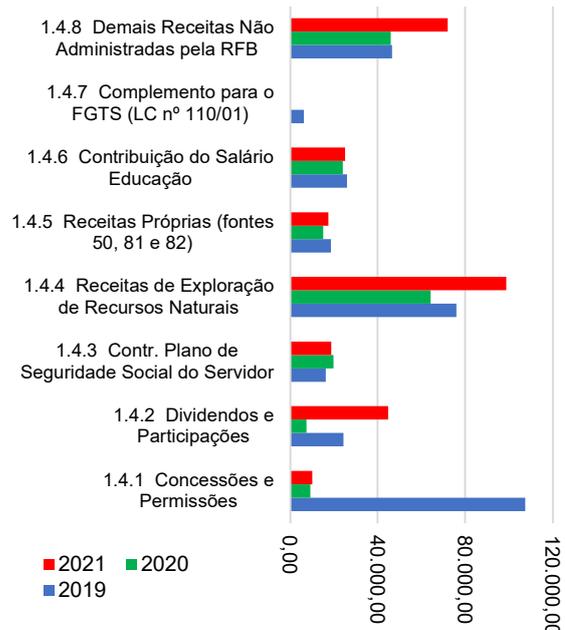
Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

O Gráfico 04 apresenta os componentes das despesas não administradas pela RFB. Conforme já salientado, o principal motivo para queda na arrecadação de 2019 para 2021 foi contrato de cessão onerosa para exploração de petróleo que inflou as receitas em 2019, acima do que vinha nos anos anteriores. Com relação ao aumento na arrecadação no ano de 2021 em comparação a 2020, as principais explicações são o aumento nas receitas com dividendos e participações, principalmente dos bancos públicos e Petrobrás (1.4.2) e o aumento das receitas com exploração de recursos naturais (1.4.4).

Em síntese, a melhora na arrecadação em termos reais do governo Central no ano de 2021, tanto em comparação com o ano de 2019 quanto em relação ao ano de 2020 possibilitaria uma melhora das contas públicas para o ano de 2022. Entretanto, ao se considerar as expectativas de baixo crescimento econômico, como reportado pelo Boletim Focus<sup>4</sup> nos últimos meses, o comportamento pró-cíclico da arrecadação tributária (como discutido no Boletim anterior), aliados à redução de alíquotas do imposto de importação e de IPI para diversos produtos no sentido de amenizar o efeito da inflação, remetem uma preocupação com relação à arrecadação do Governo Central no ano de 2022.

<sup>4</sup> O Boletim Focus de 14 de abril de 2022, por exemplo, apresenta uma expectativa de crescimento do PIB em 0,56% para o ano de 2022.



**Gráfico 04 - Componentes das Receitas Não Administradas pela RFB do Governo Central nos anos de 2019, 2020 e 2021 (R\$ milhões)**

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

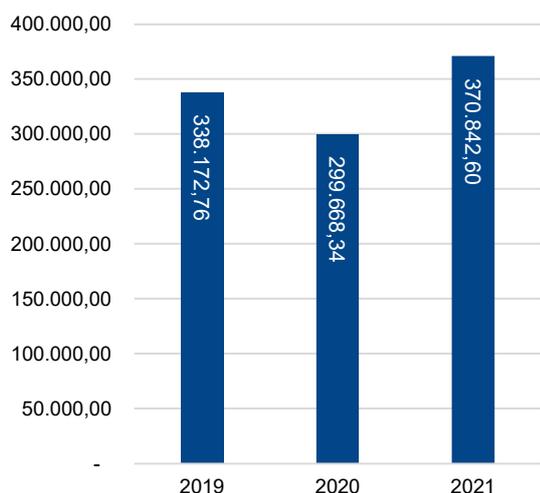
Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

Por outro lado, a aceleração da inflação<sup>5</sup> pode contrabalançar esse efeito negativo em decorrência do fato de que parte dos tributos é um percentual sobre o valor bruto de produção. Assim, um aumento nos preços significa um aumento na arrecadação para cada unidade vendida.

## 2.2 A EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITAS E DA RECEITA LÍQUIDA DO GOVERNO CENTRAL NO ANO DE 2021

A Constituição determina que parte das receitas do Governo Central deve ser transferida a Estados, Distrito Federal e Municípios. As transferências por repartição de receitas tiveram em 2021 um aumento de 9,66% em relação a 2019, passando de R\$338,17 bilhões para R\$370,84 bilhões, conforme dados do Gráfico 05. Já com relação a 2020, houve um aumento de 23,75%.

<sup>5</sup> O Boletim Focus de 14 de abril prevê o IPCA em 7,46%, ficando 2,46 pontos percentuais acima do teto da meta de inflação para o ano de 2022 (a meta de inflação é de 3,5% com intervalo de tolerância de 1,5%).



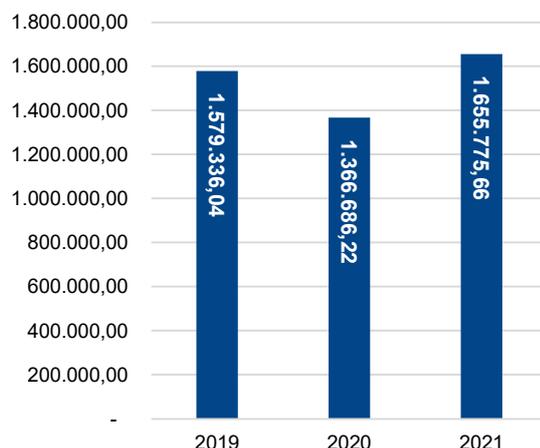
**Gráfico 05 - Transferências por repartição de receitas do Governo Central nos anos de 2019, 2020 e 2021 (R\$ milhões)**

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

O principal motivo para o aumento nas transferências em 2021 foi a elevação na arrecadação de IPI e de IR.

Deduzindo as transferências por repartição de receitas da receita total tem-se a receita líquida que é o que sobra para o Governo Central realizar os seus gastos. O Gráfico 06 apresenta a receita líquida de 2019 a 2021.



**Gráfico 06 - Receita Líquida do Governo Central nos anos de 2019, 2020 e 2021 (R\$ milhões)**

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

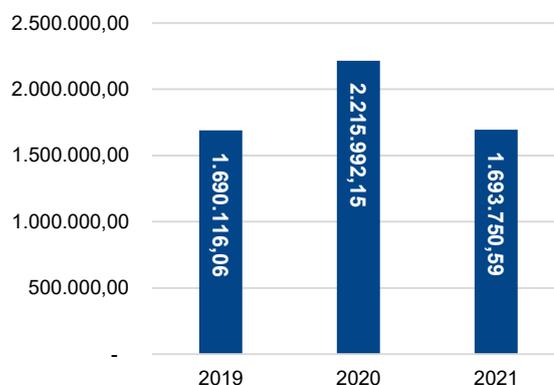
Pode-se perceber que houve um aumento real de 4,84% na receita líquida do governo central de 2019 a 2021 e de 21,15%

de 2020 a 2021. A receita líquida alcançou o montante de R\$1,66 trilhões em 2021.

### 2.3 A EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL DO GOVERNO CENTRAL NO ANO DE 2021

Esta seção busca analisar o comportamento da Despesa Total do Governo Central para o ano de 2021 em comparação com os anos de 2019 e 2020. Os dados estão em milhões de Reais e deflacionados pelo IPCA a preços de dezembro de 2021.

A Despesa Total do Governo Central no ano de 2021 apresentou uma redução percentual real de 23,57% quando comparado do ano de 2020, significando uma queda expressiva de quase 1/4 do valor. Isto ocorreu porque o ano de 2020 foi um ano atípico por conta dos efeitos da pandemia do COVID-19. Ao se comparar o valor da Despesa Total de 2021 (ano em que o país busca seguir no sentido de normalidade, ainda que não de forma completa) com a Despesa Total de 2019 (pré pandemia), verifica-se uma pequena elevação percentual de 0,22%, conforme apresentado no Gráfico 07.



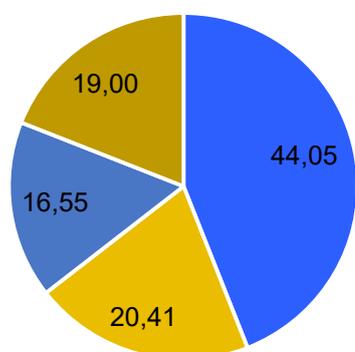
**Gráfico 07 - Despesa Total do Governo Central nos anos 2019 a 2021 (R\$ milhões)**

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

A Despesa Total é composta por quatro classes, sendo elas: Despesas com Benefícios Previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais, Despesas do Poder Executivo Sujeito à Programação Financeira, e Outras Despesas Obrigatórias. Cada classe possui sua participação relativa na Despesa Total, o que é ilustrado no Gráfico 08.

Nota-se que quase metade das despesas do Governo Central (44,05%) são compostas pelos benefícios previdenciários, indicando que em algumas circunstâncias, mesmo pequenas mudanças nesse item devem significar um grande impacto sobre o total de gastos. Em seguida, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, representando 20,41% da despesa total. A classe Outras Despesas Obrigatórias apresenta participação relativa de 19% e por último as Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira, representando 16,55%. Ao contrário da despesa com Benefícios Previdenciários, se ocorrer uma variação nesta, não irá gerar grande mudança na Despesa Total, pois sua participação relativa é a menor entre as quatro.



- Benefícios Previdenciários
- Pessoal e Encargos Sociais
- Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira
- Outras Despesas Obrigatórias

### Gráfico 08 - Participação relativa (%) dos componentes das despesas na Despesa Total do Governo Central

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

As Tabelas 09 e 10 apresentam a despesa total do Governo Central desagregados por classe de despesa. Comparando o ano de 2021 com o ano de 2020, verifica-se que somente a classe Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira (com menor participação relativa) apresentou variação positiva (2,26%), passando de R\$274,15 bilhões para R\$280,36 bilhões. As demais classes de despesas tiveram variação negativa.

Nota-se que a despesa com Benefícios Previdenciários não sofreu grandes variações em 2021, tanto na comparação com 2020 quanto na comparação com 2019. A pequena redução percentual de 1,30% na comparação com 2020, conforme o Instituto Fiscal Independente – IFI (2022), ocorreu em razão da queda no valor médio do benefício e por um menor crescimento no número de benefícios emitidos.

**Tabela 09 - Despesa Total Por Classe do Governo Central no ano de 2019 a 2021 (R\$ milhões)**

Discriminação	2019	2020	2021
4. DESPESA TOTAL	1.690.116,06	2.215.992,15	1.693.750,59
4.1 Benefícios Previdenciários	734.905,42	755.824,96	746.021,37
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	367.327,88	365.194,17	345.614,06
4.3 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	358.574,34	274.155,35	280.362,50
4.4 Outras Despesas Obrigatórias	229.308,41	820.817,67	321.752,66

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

O menor crescimento no número de benefícios previdenciários emitidos vem em decorrência da aprovação da reforma previdência em 2019, no qual após este evento anualmente o crescimento de número beneficiados caiu de um percentual médio de 2% para média de crescimento de 1%, conforme IFI (2022).

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais apresentou uma redução de R\$19,6 bilhões (5,36%), variação justificada pelo Tesouro Nacional (2022) como diretamente ligada à redução nas despesas realizadas em decorrência da Covid-19. Já o IFI (2022) justifica tal redução pela ausência de reajustes à maioria das categorias do funcionalismo, exceto dos militares.

**Tabela 10 - Variação Percentual da Despesa Total Por Classe do Governo Central**

Discriminação	Var.% 19/21	Var.% 20/21
4. DESPESA TOTAL	0,22	-23,57
4.1 Benefícios Previdenciários	11,51	-1,30
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	-5,91	-5,36
4.3 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	-21,81	2,26
4.4 Outras Despesas Obrigatórias	40,31	-60,80

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Verifica-se também, um pequeno aumento em 2021 nas Despesas do Poder Executivo Sujeito à Programação Financeira variação essa de R\$6,2 bilhões (2,26%) quando comparados com o ano de 2020.

A maior variação encontra-se na classe de "Outras Despesas Obrigatórias", que em 2021, em comparação com 2020 registrou queda de R\$499,06 Bilhões (60,8%), isto ocorreu porque os gastos com a Covid-19 em 2020 foram classificados como obrigatórias. Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (2022) as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatórias, haja vista seu caráter de emergencial. Porém, comparando os valores de 2021 com os valores de 2019, é possível verificar um aumento de R\$92,44 bilhões (equivalente a um aumento de 40,31%), indicando que as despesas nesta classe continuam mais elevadas com relação ao período de pré pandemia.

A Tabela 11 apresenta as subclasses com maior importância dentro da classe de despesa "Outras Despesas Obrigatórias" e a Tabela 12 apresenta a variação percentual das mesmas. Nota-se que, na classe analisada, Abono e Seguro Desemprego apresentou a maior redução real em R\$19,19 bilhões (28,28%) no ano de 2021 em comparação com o ano de 2020. Comparando 2021 com 2019, a redução foi de 25,48%. O principal motivo desta queda é associado à taxa de desemprego, que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (PNAD Contínua) apresenta redução desde julho de 2021.

**Tabela 11 - Despesas Obrigatórias nos anos de 2019, 2020 e 2021**

Discriminação	2019	2020	2021
4. DESPESA TOTAL	1.690.116,06	2.215.992,15	1.693.750,59
4.4 Outras Despesas Obrigatórias	229.308,41	820.817,67	321.752,66
4.4.1 Abono e Seguro Desemprego	65.321,02	67.866,90	48.676,61
4.4.1.1 Abono	20.728,36	22.338,90	11.106,99
4.4.1.2 Seguro Desemprego	44.592,67	45.528,00	37.569,62
4.4.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3.960,60	489.311,77	122.797,04

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

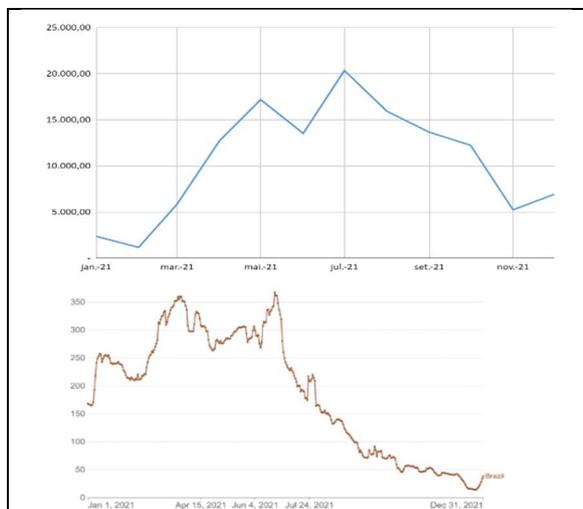
A subclasse mais afetada, foi a de Créditos Extraordinários (Exceto PAC) em razão dos gastos do Governo Central com o enfrentamento da Covid-19. Houve uma expressiva redução nesta rubrica em R\$366,51 bilhões entre 2020 e 2021 (queda de 74,90%) pois em 2021 a Covid-19 foi melhor controlada, possibilitando a redução do gasto público. Quando comparado ao ano de 2019 mostra-se um aumento de R\$118,83 bilhões (3000,47%), pois, conforme já comentado, em 2019 não ocorreu gastos relacionados ao Covid-19.

**Tabela 12 - Variação Percentual das Despesas Obrigatórias**

Discriminação	Var.% 19/21	Var.% 20/21	% sobre gasto
4. DESPESA TOTAL	0,22	-23,57	100,00
4.4 Outras Despesas Obrigatórias	40,31	-60,80	19,00
4.4.1 Abono e Seguro Desemprego	-25,48	-28,28	2,87
4.4.1.1 Abono	-46,42	-50,28	0,66
4.4.1.2 Seguro Desemprego	-15,75	-17,48	2,22
4.4.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3000,47	-74,90	7,25

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

A Figura 01 apresenta as despesas primárias mensais do Governo Central com a Covid-19 e os dados de novos casos (por milhão de pessoas) diários confirmados no Brasil entre janeiro e dezembro de 2021.



**Figura 01 - Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19, apuradas pelo critério de "valor pago" (gráfico superior) e Novos Casos Confirmados diários de Covid-19 por Milhão de Pessoa (gráfico inferior)**

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

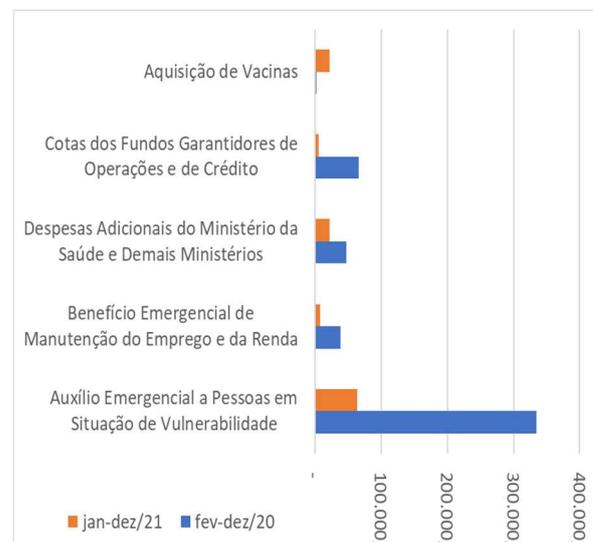
O ideal seria que os dados estivessem na mesma periodicidade, mas pode-se

perceber que, mesmo em periodicidade diferente, que houve redução nos gastos de combate à pandemia a partir do mês de julho à medida em que houve redução no número de casos de Covid-19 e o avanço do processo de vacinação ao longo do ano.

A maior parte das despesas do Governo Central relacionadas ao combate da pandemia de Covid-19 são de Créditos Extraordinários, que possui 96,61% dos gastos primários com o enfrentamento da pandemia de Covid -19. O Gráfico 09 apresenta a divisão da subclasse de Crédito Extraordinários (Exceto PAC) no ano de 2020 e 2021.

Nota-se que os valores gastos com aquisição de vacinas em 2021 apresentaram um aumento de R\$20,16 bilhões (804,35%), isto porque o processo de compra (encomenda) das vacinas só começou em dezembro de 2020, tornando o gasto com estes em sua grande maioria no ano de 2021.

As despesas adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios apresentam uma redução de R\$25,01 bilhões (52,56%), juntamente com as despesas com Benefícios Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda que somou queda no valor de R\$30 bilhões (78,64%).



**Gráfico 09 - Créditos extraordinários (exceto PAC) do Governo Central relacionados ao combate à pandemia - Valores em R\$ Milhões**

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional, 2022

Valores em R\$ milhões a preços de Dezembro de 2021

Com maior participação relativa (mais de 50%), dos gastos, destaca-se a queda expressiva das despesas com Auxílio

Emergencial a Pessoas em Situações de Vulnerabilidade, que apresentou redução de R\$270,5 Bilhões (80,97%). Essa redução ocorreu porque em 2021 o Governo reduziu os valores das parcelas (em 2020, parcelas mensais de R\$600,00 e R\$1.200,00 para mães provedoras de família, já em 2021 passou a ser quatro parcelas mensais de R\$250,00 para trabalhadores, quatro parcelas mensais de R\$150,00 a pessoas que moram sozinhas e quatro parcelas mensais de R\$375,00 a mulheres provedoras de família). Valores que eram destinados às famílias em estado de vulnerabilidade causado pelos efeitos socioeconômicos da pandemia.

#### 2.4 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL NO ANO DE 2021

A avaliação das metas fiscais valida o processo de planejamento e orçamento do governo, pois permite que os agentes econômicos verifiquem o desempenho da administração pública frente a responsabilidade fiscal. Cabe ressaltar que a elaboração dos orçamentos consta no art. 165 da Constituição Federal brasileira.

Tal avaliação decorre da obrigatoriedade imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual funciona como um código de conduta aos administradores públicos de todo país, e vale para os três poderes – executivo, legislativo e judiciário, abrangendo as esferas – municipal, estadual e federal. A LRF tem como objetivo melhorar a administração das contas públicas do Brasil, pois os governantes terão compromisso em seguir o orçamento e as metas estabelecidas.

Como a Sociedade pode ajudar a LRF? A LRF define que a cada quatro meses os governantes deverão publicar de forma simples e objetiva um Relatório de Gestão Fiscal, neste, a sociedade poderá acompanhar o andamento das contas públicas, e caso julgue necessário, cobrar providências de seus governantes.

No presente Boletim será analisado as metas fiscais de 2021, bem como será traçado um paralelo entre as metas fiscais de 2019 e 2020. Importante ressaltar que geralmente compara-se um ano com o ano imediatamente anterior, no entanto, como sabido, o ano de 2020 fora atípico devido a

pandemia da Covid-19, desta forma, também foram analisados os dados de 2021 em comparação com o ano de 2019.

A análise do triênio 2019-2021 levará em consideração a receita primária, a despesa primária e o déficit primário do governo federal, todas estas com o valor inicial da Lei Orçamentária Anual – LOA de seus respectivos períodos, o valor da última projeção realizada e, por fim, o valor realizado no período. Ressalta-se que todas as informações são apresentadas também em percentual do PIB, com intuito de demonstrar sua representatividade na economia como um todo.

Partindo da prática de que o orçamento fiscal é constantemente reavaliado durante o período de execução, o valor realizado ao fim de cada exercício será comparado com a última avaliação. As Tabelas 13, 14 e 15 apresentam a receita primária, a despesa primária e o déficit primário para o governo central para os anos de 2019 a 2021. Em cada tabela, a segunda coluna apresenta os valores estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual dos anos de 2019, 2020 e 2021. A quarta coluna apresenta a última programação (ou projeção) de cada item estabelecido nas avaliações das metas fiscais e a sexta coluna apresenta os valores realizados para receita, despesa e resultado primário. A terceira, quinta e sétima colunas apresentam o percentual do PIB para os valores estabelecidos na LOA, última projeção e do realizado.

**Tabela 13 - Componentes do Orçamento Fiscal de 2019 – Governo Central**

COMPONENTES DO ORÇAMENTO FISCAL DE 2019						
2019	LOA 2019	% PIB	Última projeção	% PIB	Realizado	% PIB
	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
Receita Primária	1.579.861	21,2	1.634.648	22,8	1.635.111	22,1
Despesa Primária	1.438.693	19,5	1.483.331	20,7	1.441.845	19,5
Déficit Primário	-138.990	-1,9	-139.000	-1,9	-88.899	-1,2

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional

Iniciando a análise da receita primária do triênio 2019-2021 (vide Tabelas 13, 14 e 15 e Gráficos 10 e 11), constata-se que em todos os períodos, a receita realizada foi

maior que a última projeção. A média da proporção da receita realizada com relação ao PIB foi de 21,3%; já a média do valor realizado com o projetado foi de 100,45%. A receita realizada em 2020 sofreu uma redução de 10,23% na comparação com 2019 (equivalente a uma redução de R\$ 167,3 bilhões). Já a receita de 2021 sofreu um aumento de 18,18% em comparação a 2019 (equivalente a um aumento de R\$ 297,2 bilhões).

COMPONENTES DO ORÇAMENTO FISCAL DE 2020						
2020	LOA 2020	% PIB	Última projeção	% PIB	Realizado	% PIB
	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
Receita Primária	1.644.117	21,6	1.463.027	20,4	1.467.758	19,7
Despesa Primária	1.479.504	19,4	2.045.562	28,5	1.947.136	26,0
Déficit Primário	-124.070	-1,6	-855.489	-11,9	-745.266	-9,9

**Tabela 14 - Componentes do Orçamento Fiscal de 2020 – Governo Central**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional

Pelo lado da despesa primária, o triênio 2019-2021 mostra que o valor realizado não ultrapassou as últimas projeções, sendo um percentual de atingimento médio de 96,59%. As despesas primárias representaram um percentual médio de 21,4% do PIB. Destaca-se que no ano de 2020, a despesa primária representou 26,0% do PIB (motivado pela queda acentuada no PIB e o do aumento das despesas em função das despesas extraordinárias, devido a pandemia). A despesa primária realizada em 2020 foi maior em 35,04% (equivalente a R\$ 505,2 bilhões) quando comparadas a 2019. Em 2021 o aumento em relação a 2019 foi de 11,93%, o equivalente a R\$ 172 bilhões.

Com relação ao déficit primário<sup>1</sup>, o qual resulta da subtração entre receita primária (mais as transferências obrigatórias) e despesa primária. Em todo o triênio, a meta de resultado primário (ajustada) foi atingida. Em 2019, o déficit foi de R\$ 88,8 bilhões, em 2020 de R\$ 745,2 bilhões e em 2021 de R\$ 35 bilhões. Importante salientar que em 2020, devido a pandemia de Covid-19, foi dispensado o atingimento dos resultados fiscais constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020, conforme o

Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.

O déficit primário de 2020 acabou ficando 738,33% superior ao de 2019, ou seja, um aumento de R\$ 656,3 bilhões, justificados em sua grande maioria pelos gastos com a pandemia. Já o resultado de 2021 foi 60,55% inferior ou R\$ 53,8 bilhões quando comparados a 2019. O ano de 2021 caracteriza-se principalmente pela retomada da atividade econômica, o que justifica uma melhora nas contas públicas quando comparado ao ano de 2019.

COMPONENTES DO ORÇAMENTO FISCAL DE 2019						
2021	LOA 2021	% PIB	Última projeção	% PIB	Realizado	% PIB
	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
Receita Primária	1.595.422	20,4	1.913.255	22,1	1.932.370	22,2
Despesa Primária	1.497.032	19,2	1.657.380	19,1	1.613.891	18,6
Déficit Primário	-194.897	-2,5	-101.832	-1,2	-35.067	-0,4

**Tabela 15 - Componentes do Orçamento Fiscal de 2021 – Governo Central**

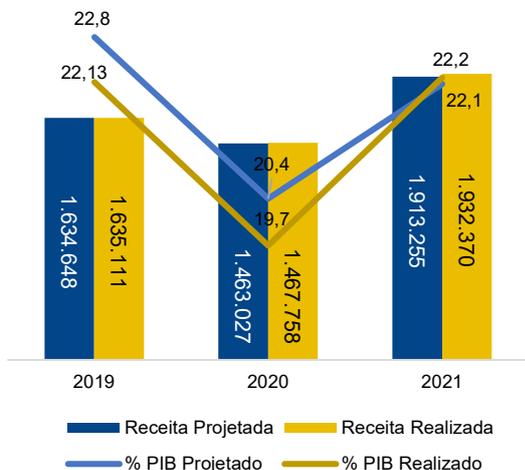
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional

Passando para a análise dos aspectos fiscais referente ao exercício de 2021 (Tabela 15 e Gráficos 10 e 11), é importante salientar que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 foi aprovada tardiamente, apenas em abril de 2021, sendo que o prazo máximo era até o encerramento da sessão legislativa em dezembro de 2020. Tendo em vista este atraso, os Decretos de Programação Financeira e Orçamentária do 1º quadrimestre foram aprovados em caráter temporário, para que não inviabilizasse a execução financeira e orçamentária de 2021.

Além disso, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 109 de 16 de março de 2021, que vetou o reajuste dos salários dos servidores públicos e vedação da realização de concursos públicos. Outro ponto importante é que a Emenda autoriza extrapolar os limites das despesas previstas pela LOA de 2021 ao permitir, até o limite de R\$ 44,0 bilhões, dos gastos com auxílio emergencial, pudessem ser deduzidos da meta de resultado primário.

Ainda em março, mesmo com a LOA ainda não aprovada, conforme Tesouro Nacional, 2021,b foi realizada a análise das

receitas e despesas primárias, a qual resultou em um possível aumento na ampliação de empenho e movimentação financeira em R\$ 17,6 bilhões, contudo, sem a LOA aprovada, não pôde ser concretizada.



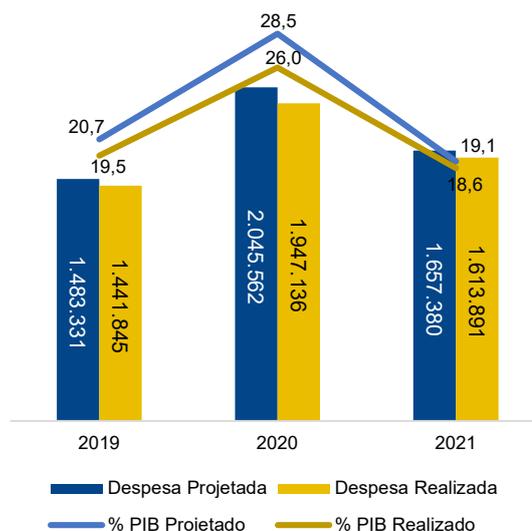
**Gráfico 10 - Receita Primária do Governo Central – 2019-2021**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional  
Valores deflacionados pelo IPCA a preços de dezembro de 2021

A partir de maio de 2021, além das despesas com o auxílio emergencial de R\$ 44,0 bilhões que poderiam ser deduzidas da meta do resultado primário, as despesas com ações e serviços públicos de saúde ligadas ao enfrentamento da pandemia, ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE, e ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, também puderam ser deduzidos da meta de resultado primário. Ao fim do 3º bimestre, conforme Tesouro Nacional (2021,b) tanto as receitas quanto as despesas sofreram aumento, diante disso, definiu-se uma ampliação das despesas discricionárias de R\$ 12,3 bilhões, dos quais R\$ 9,5 bilhões seriam destinados ao custeio das despesas de enfrentamento a pandemia. Assim, percebe-se que ao longo do ano, os gastos públicos foram aumentando, mas parte destes gastos foram expurgados da meta fiscal.

Ao fim do quarto bimestre não houve alteração nos valores a serem empenhados, pois no bimestre anterior o limite de R\$ 9,5 bilhões direcionados ao enfrentamento da pandemia foi superior em R\$ 0,3 bilhão ao limite que poderia ser acrescido no quarto

bimestre, sendo assim, não houve aumento nas despesas discricionárias.

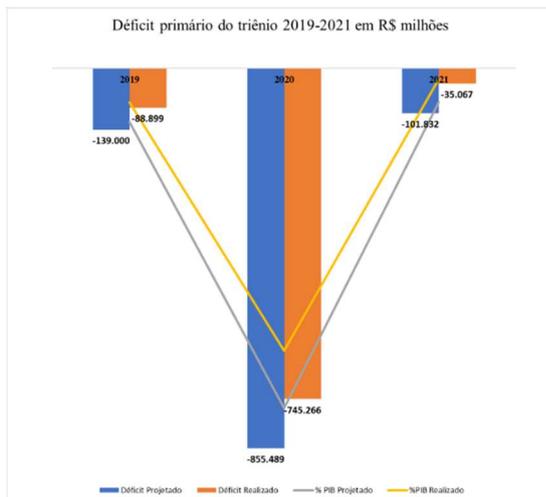


**Gráfico 11 - Despesa Primária do Governo Central – 2019-2021**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional  
Valores deflacionados pelo IPCA a preços de dezembro de 2021

Por fim, em dezembro de 2021 com a publicação da Emenda Constitucional nº 113, ampliou-se o limite do Teto dos Gastos em R\$ 15,0 bilhões, resultantes das reavaliações de projeção de receitas e despesas até então. Ressalta-se que essa ampliação seria destinada exclusivamente a vacinação contra a Covid-19, ou ações emergenciais e temporárias de caráter socioeconômico. Após as diversas mudanças nos limites de gastos para 2021 (R\$ 1.657 bilhões) a despesa realizada ficou em R\$ 1.613 bilhões.

O Gráfico 12 mostra o comportamento do resultado primário do governo Central nos Orçamentos Fiscais do triênio 2019-2021.



**Gráfico 12 – Déficit Primário do Governo Central – 2019-2021**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional

Valores deflacionados pelo IPCA a preços de dezembro de 2021

Cabe salientar de que a meta de Déficit Primário (ou Resultado Primário) é fixada anualmente pela LDO, e obedece ao disposto no art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2020 -Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

De acordo com as LDO do triênio, a meta do déficit é de -R\$ 139,0 bilhões, -R\$ 124,1 bilhões e -R\$ 247,2 bilhões, para 2019, 2020 e 2021, respectivamente. Com as revisões nas metas e os expurgos permitidos, as metas fiscais foram atingidas durante os exercícios. No entanto, cabe lembrar, que a meta fiscal somente foi atingida porque parte dos gastos realizados puderam se expurgados da meta fiscal.

#### 2.4.1 Evolução dos gastos públicos em atendimento a Emenda Constitucional 95/16 – Teto dos Gastos

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, foi estabelecido o novo regime fiscal para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, o qual fixou limites para as despesas primárias dos órgãos integrantes, e a princípio perdurará por vinte anos. Os limites levam em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou seja, fixa-se a despesa do ano conforme a despesa do ano anterior, corrigido pela inflação. A PEC tem como característica frear a trajetória de

crescimento dos gastos públicos, e equilibrar as contas públicas.

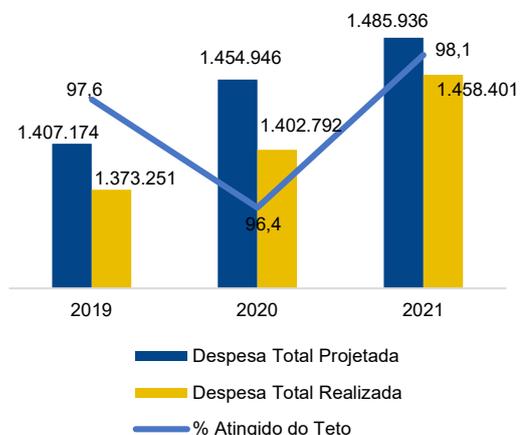
Analisando o triênio 2019-2021, constata-se que os valores efetivamente pagos não ultrapassaram os limites projetados, desta forma, conclui-se de que seu objetivo foi atingido. A Tabela 16 informa os valores projetados e realizados para o triênio, bem como o percentual de atingimento da despesa orçada.

**Tabela 16 – Apuração das Despesas Sujeitas e EC 95/2016**

APURAÇÃO DESPESAS SUJEITAS A EC 95/2016			
PERÍODO	DESPESA TOTAL PROJETADA	DESPESA TOTAL REALIZADA	% ATINGIDO DO TETO
	Em R\$ milhões	Em R\$ milhões	
2019	1.407.174	1.373.251	97,6
2020	1.454.946	1.402.792	96,4
2021	1.485.936	1.458.401	98,1

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional

As mesmas informações da tabela 15 são ilustradas no gráfico 13.



**Gráfico 13 - Apuração das Despesas Sujeitas e EC 95/2016**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional

A realização da despesa quando comparada ao exercício de 2019 foi maior em R\$ 29,5 bilhões em 2020, ou seja, um aumento de 2,15%, e de R\$ 85,1 bilhões em 2021, representando um aumento de 3,96%.

### 3. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO

#### 3.1 RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário é a diferença entre as receitas e as despesas primárias do setor público, excluindo-se as despesas e receitas financeiras, como o pagamento de juros sobre a dívida. Um resultado primário positivo é chamado de superávit primário e indica que a arrecadação das receitas superou as despesas. Se, ao contrário, as despesas primárias superarem as receitas primárias, o resultado primário é deficitário, resultando em uma necessidade de financiamento do setor público (NFSP) positiva também no conceito primário. Deduzindo-se do resultado primário o valor dos juros nominais incidentes sobre a dívida pública, chega-se ao resultado nominal, ou a NFSP no conceito nominal.

Em 2021, o resultado primário do Setor Público Consolidado foi superavitário pela primeira vez desde 2013. O superávit foi de R\$ 64,7 bilhões contra um déficit primário de R\$ 773,7 bilhões ocorrido em 2020 (Tabela 17). Em relação ao PIB, o resultado primário passou de um déficit equivalente a 9,41% do PIB em 2020, para um superávit de 0,75% do PIB em 2021 (Tabela 18).

**Tabela 17 – Resultado Primário do Setor Público Consolidado em 2020 e 2021 - R\$ milhões – a preços de dez-2021/IPCA<sup>6</sup>**

Discriminação	2020	2021	Variação
<b>Setor Público</b>	<b>773,7</b>	<b>-64,7</b>	<b>-108,36</b>
Governo Central	820,2	35,9	-95,62
Empresas Estatais	-3,9	-2,9	25,6
Governos Regionais	-42,6	-97,7	129,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

O superávit primário do Setor Público em 2021 resultou do superávit apresentado pelos Governos Regionais, sobretudo os governos estaduais. De acordo com o IPEA (2022), há muitos anos os governos estaduais não obtinham resultados tão robustos. As razões para esse resultado foram, no âmbito das

receitas: a) as transferências compensatórias da União para atenuar os efeitos da pandemia sobre as receitas estaduais; b) Arrecadação do ICMS maior do que a esperada. No âmbito das despesas, os principais fatores que contribuíram para o resultado foram: a) a suspensão de reajuste aos servidores estaduais; b) a interrupção do pagamento do serviço de dívidas junto ao governo federal; c) a queda dos gastos de custeio em função da necessidade de evitar aglomerações por conta da pandemia; e, d) A inflação também ajudou a reduzir a despesa, ao reduzir o gasto com pessoal em termos reais (IPEA, 2022).

**Tabela 18 – Resultado primário em proporção do PIB (acumulado em 12 meses)**

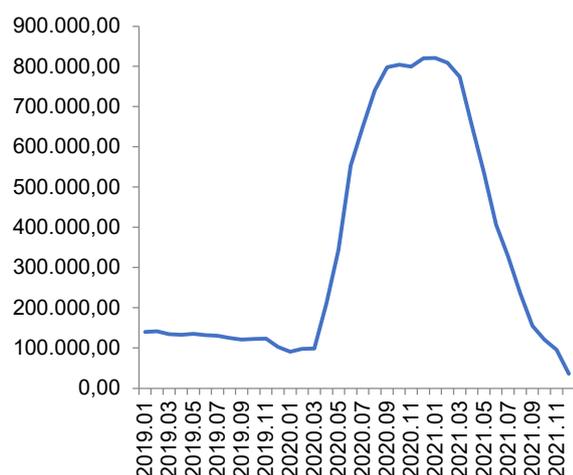
Discriminação	2020	2021	Variação
<b>Setor Público</b>	<b>9,41</b>	<b>-0,75</b>	<b>-107,97</b>
Governo Central	9,98	0,41	-95,89
Empresas Estatais	-0,05	-0,03	-40
Governos Regionais	-0,52	-1,13	117,31

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

Em relação ao Governo Central, houve uma queda expressiva no déficit primário em 2021 em comparação com 2020. O Gráfico 14 mostra a evolução do déficit primário do Governo Central desde 2019. Nota-se que havia uma tendência de queda do déficit que foi revertida em março de 2020, com o início da pandemia de Covid-19. O auge do déficit aconteceu em janeiro de 2021, quando então, houve nova reversão, com quedas sucessivas no déficit primário ao longo de todo o ano de 2021.

<sup>6</sup> O resultado primário do governo central é dado pela receita total (menos) transferências a Estados e Municípios (menos)

despesa total (mais) fundo soberano (mais) ajustes metodológicos e discrepância estatística.



**Gráfico 14 - Evolução em 12 meses da Necessidade de Financiamento do Governo Central no Conceito Primário (R\$ milhões a preços de dezembro de 2021).**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil e do IFI (2022).

De acordo com o IFI (2022), a reversão do déficit primário do governo central em 2021, na comparação com 2020, ocorreu em função do crescimento das receitas primárias e redução das despesas realizadas no âmbito da pandemia. O aumento na arrecadação foi possível em função da retomada da atividade econômica a partir do segundo semestre de 2020, melhora nos termos de troca de alguns produtos exportados pelo Brasil, que elevou a arrecadação de tributos em 2021, a depreciação da taxa de câmbio e a inflação. Fatores que elevam o PIB nominal e, conseqüentemente, a arrecadação.

**Tabela 19 – Projeções para o Resultado Primário do Governo Central – R\$ bilhões – 2021**

Projeções do Resultado Primário do Governo Central	Governo Federal		Mercado – Prisma Fiscal - medianas	
	LDO 2021	Relatório de Avaliação do 1º. Bimestre Março de 2021	Março 2021	Julho 2021
	-247,1	-226,2	-248,4	-184,3

Fonte: Carta de Conjuntura IPEA - 2021

O déficit primário do Governo Central ficou bastante abaixo das estimativas iniciais projetadas pelo próprio Governo Federal,

tanto na LDO 2021, quanto no Relatório de Avaliação do 1º Bimestre, publicado em março de 2021 e abaixo da mediana das projeções dos agentes de mercado, apresentadas pelo Prisma Fiscal (Tabela 19).

### 3.2 JUROS NOMINAIS

Os juros nominais, também denominados de despesas financeiras líquidas, são dados pelo montante de juros pagos ou apropriados por competência (contabilizados, mas não necessariamente pagos), incidentes sobre a dívida líquida interna e externa.

Em 2021, os juros nominais do setor público consolidado totalizaram R\$ 448,4 bilhões no ano de 2021 (5,17% do PIB), contra R\$ 312,4 bilhões no ano de 2020 (4,18% do PIB), aumento de 43,53%. Em valores reais, a variação foi de 30,40% (Tabela 20).

**Tabela 20 - Juros nominais 2020/2021– R\$ bilhões – a preços de dezembro-2021/IPCA**

Discriminação	2020	2021	Variação %
<b>Setor Público</b>	<b>343,3</b>	<b>448,4</b>	<b>30,6</b>
Governo Central	293,5	407,3	38,77
Empresas Estatais	6,0	5,2	-13,33
Governos Regionais	43,8	35,9	-18,04

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

**Tabela 21 – Juros nominais em proporção do PIB (acumulado em 12 meses)**

Discriminação	2020	2021	Variação %
<b>Setor Público</b>	<b>4,18</b>	<b>5,17</b>	<b>23,68</b>
Governo Central	3,57	4,53	26,89
Empresas Estatais	0,53	0,42	-20,75
Governos Regionais	0,08	0,06	-25,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

De acordo com o Banco Central (2022), o aumento nos juros nominais foi consequência das perdas cambiais com as

operações de swap cambial ao longo de 2021, no valor de R\$ 22,3 bilhões, e do aumento da taxa Selic. Lembrando que, em 2020, a taxa Selic atingiu o seu menor nível histórico de 2% ao ano e que, a partir de março de 2021, iniciou trajetória de elevação, fechando 2021 em 9,25% ao ano.

Além da elevação na Selic, outra explicação para a elevação das despesas com o pagamento de juros, segundo o IFI (2022), foram os maiores prêmios pedidos pelos compradores de títulos da dívida pública em função do aumento das incertezas relacionadas à situação fiscal da União.

### 3.3 RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal é dado pela soma do resultado primário e juros nominais, de modo que é a representação da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP).

Em 2021, o resultado nominal do setor público consolidado foi deficitário em R\$ 383,7 bilhões, equivalente a 4,42% do PIB, contra R\$ 1.015,4 bilhões (13,60% do PIB) em 2020 (Tabela 22). Em termos reais, deflacionado pelo IPCA/IBGE, a queda no déficit nominal foi de 65,57% (Tabela 23). Essa queda significativa no déficit nominal ocorreu, a despeito da elevação na carga de juros, em função do resultado primário positivo ocorrido em 2021.

**Tabela 22 - Resultado nominal - 2020/2021 – em proporção do PIB**

Discriminação	2020	2021	Variação %
<b>Setor Público</b>	<b>13,60</b>	<b>4,42</b>	<b>-67,50</b>
Governo Central	13,55	5,11	-62,29
Empresas Estatais	0,03	0,03	0
Governos Regionais	0,01	-0,71	-7.200

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

**Tabela 23 - Resultado nominal - 2020/2021 – R\$ bilhões – a preços de dezembro-2021/IPCA**

Discriminação	2020	2021	Variação %
<b>Setor Público</b>	<b>1.117,53</b>	<b>383,66</b>	<b>-65,67</b>
Governo Central	1.113,73	443,15	-60,21
Empresas Estatais	2,65	2,26	-14,71
Governos Regionais	1.156,13	-61,76	-105,34

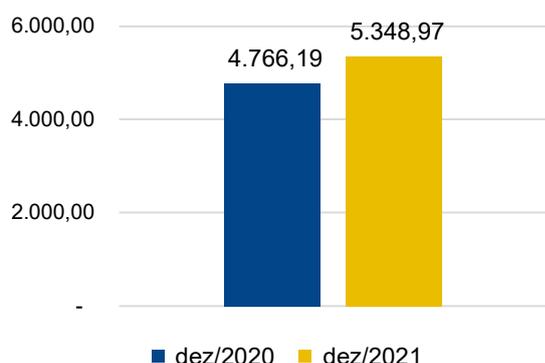
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

O destaque ficou por conta dos Governos Regionais, sobretudo os Estados, que apresentaram um superávit nominal de R\$ 61,7 bilhões em 2021, equivalente a 0,71% do PIB. Esse resultado foi decorrência da obtenção de um dos maiores superávits primários da história dos Estados (IPEA, 2022).

### 4. DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA

A Dívida Mobiliária Federal (DMF) corresponde ao montante de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para cobrir a necessidade de financiamento do setor público e financiar a rolagem da dívida pública. A dívida pública federal em circulação no mercado nacional é captada por meio da emissão de títulos públicos e paga em reais, sendo definida como Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi).

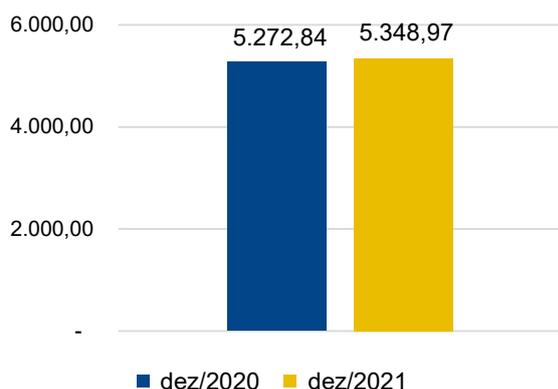
Em 2021, o estoque da DPMFi atingiu R\$ 5.348,9 bilhões, uma elevação de 12,23% em termos nominais, em comparação ao ano de 2020. A variação de R\$ 582,8 milhões incorpora emissões líquidas de R\$ 163,1 milhões (indicando que o Tesouro Nacional emitiu mais títulos do que resgatou) e juros apropriados de R\$ 419,7 milhões (incorporação dos juros ao valor total da dívida). O Gráfico 15 demonstra as variações citadas no período.



**Gráfico 15 - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) em Bilhões de R\$**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

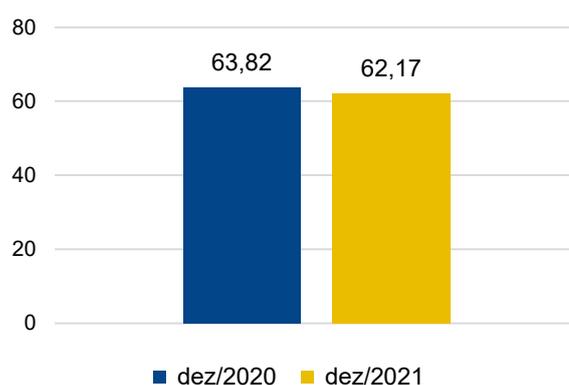
Em valores reais, corrigidos pela inflação (IPCA-IBGE) como é mostrado no Gráfico 16, a variação da DPMFi foi de apenas 1,97%, demonstrando que a inflação impactou fortemente a variação da Dívida.



**Gráfico 16 - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) em bilhões de R\$ Corrigida pela Inflação**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Em proporção ao PIB, houve uma queda de 2,2 pontos percentuais na DPMFi, passando de 63,82% em dezembro de 2020 para 62,17% ao final de 2021. Este resultado é demonstrado no Gráfico 17.



**Gráfico 17 - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) em Relação ao PIB**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

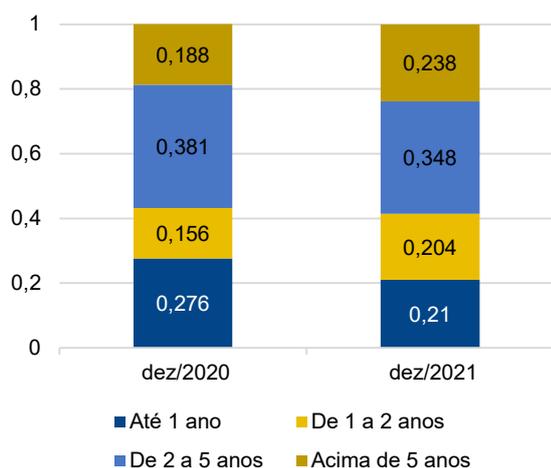
O resultado alcançado superou as expectativas contidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) 2021<sup>7</sup> e o estoque da DPMFi encerrou o ano de 2021 dentro do intervalo esperado e mais próximo do limite inferior previsto. De acordo com o Relatório Anual da Dívida (RAD) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, esse resultado se deve ao desempenho das receitas primárias que ficaram acima do esperado em 2021, reduzindo a necessidade de emissão de dívida para o financiamento das despesas orçamentárias.

A análise da estrutura de vencimentos da dívida é fundamental para monitorar o risco de refinanciamento, que é a possibilidade de o Tesouro Nacional refinar a dívida em condições adversas ou, até mesmo, não conseguir refinanciá-la. Nesse sentido, quanto maior a concentração da dívida no curto prazo e quanto menor o prazo médio de vencimento, maior esse risco. Ao longo de 2020, a deterioração das contas públicas levou a emissões de títulos de vencimentos curtos. O percentual da DPMFi com vencimento em até doze meses passou de 16,7% em dezembro de 2019 para 26,1% em dezembro de 2020. Em 2021, de acordo com o Relatório Anual da Dívida (RAD) do Tesouro Nacional, a melhora do cenário macroeconômico no primeiro semestre do ano permitiu reduzir a emissão de títulos prefixados curtos e aumentar a colocação de títulos mais longos, melhorando o perfil de vencimentos da DPMFi (Gráfico 18). O

<sup>7</sup> O primeiro semestre de 2021 foi marcado por condições de mercado mais favoráveis às contas públicas do que as expectativas contidas no PAF divulgado em janeiro de 2021.

Nesse contexto, em maio, ocorreu uma revisão dos limites de referência para a dívida pública, sinalizando uma expectativa mais otimista para os indicadores de endividamento de 2021.

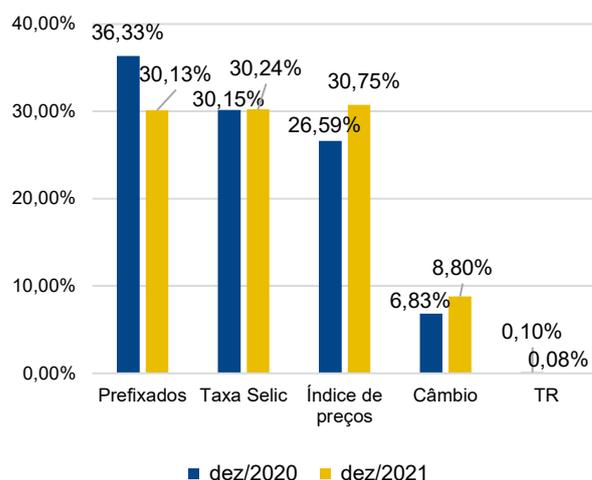
estoque da DPMFi com vencimento em até doze meses caiu de 27,6% em 2020 para 21% em 2021, ao mesmo tempo em que aumentou o percentual de títulos com vencimento de um a dois anos e acima de cinco anos. Quanto ao prazo médio, de acordo com o Tesouro Nacional (2022), houve um aumento de 3,6 anos em 2020 para 3,8 em 2021, retornando ao patamar anterior à pandemia de COVID-19.



### Gráfico 18 - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna DPMFi - Perfil de Vencimento

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

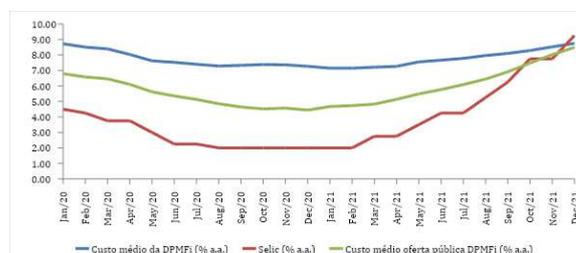
Em relação à composição da dívida, em 2021 ocorreu queda no percentual de títulos prefixados e aumento na participação de títulos remunerados por taxas de juros flutuantes e por índices de preços. O percentual de títulos prefixados passou de 36,33% em dezembro de 2020 para 30,13% em dezembro de 2021. Em contrapartida, houve aumento na participação de títulos remunerados por índices de preços e no percentual de títulos atrelados a taxas de juros flutuantes (Gráfico 19).



### Gráfico 20 - Composição da DPMFi por Indexador

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Tesouro Nacional

No que diz respeito ao custo da dívida, o custo médio do estoque da DPMFi subiu ao longo de todo o ano de 2021, revertendo a tendência de queda que havia apresentado no ano de anterior. Na comparação com dezembro de 2020, o custo médio da DPMFi passou de 7,27% para 8,75% ao ano em dezembro de 2021 (Gráfico 21). O custo médio das emissões<sup>8</sup> em oferta pública da DPMFi subiu de forma ainda mais expressiva, passando de 4,44% em dezembro de 2020 para 8,49% ao ano em dezembro de 2021. A elevação do custo médio das emissões da DPMFi começou a se intensificar a partir do mês de março, em consonância com o início do ciclo de elevação da taxa Selic pelo Banco Central. Como há expectativas de que o Banco Central continue o processo de elevação da taxa de juros básica da economia, o custo médio da dívida continuará a subir.



### Gráfico 21 - Custo médio da dívida pública (estoque e ofertas públicas), acumulado

<sup>8</sup> O custo médio das emissões de oferta pública da DPMFi reflete as condições de custo das emissões de títulos efetuadas nos últimos 12 meses e, por essa razão, tende a

reagir mais rapidamente às mudanças na taxa de juros Selic (TESOURO NACIONAL, 2022).

### nos últimos 12 meses (% ao ano) e taxa selic - meta (% ao ano)

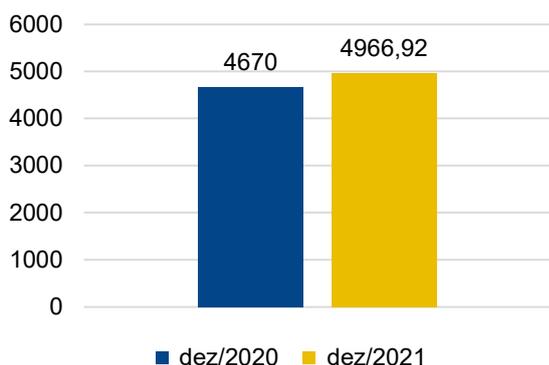
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do IFI

Em dezembro de 2021, segundo o Ministério da Economia, a reserva de liquidez da DPMFI atingiu R\$1.185 Bilhões, representando um aumento de 34,56% comparados aos R\$881 bilhões de dezembro de 2021.

#### 4.1 DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) corresponde ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central, consolidando todos os créditos e débitos. Pode ser dividida em: DLSP interna, que contempla a Dívida Mobiliária Federal, outras dívidas e créditos do governo; e em DLSP externa, que corresponde a dívida do setor público não-financeiro e do Banco Central no exterior, deduzindo-se as reservas internacionais em poder do Banco Central.

Em dezembro de 2021, de acordo com o Gráfico 22, a DLSP atingiu os R\$4.966,92 Bilhões, representando um aumento nominal de 5,04% comparado aos R\$4.670 Bilhões do ano anterior. Essa variação foi significativamente influenciada pelo aumento de 11,46% da dívida do Governo Federal, que passou de R\$4.018 bilhões em dezembro de 2020 para R\$4.479 bilhões de em dezembro de 2021.

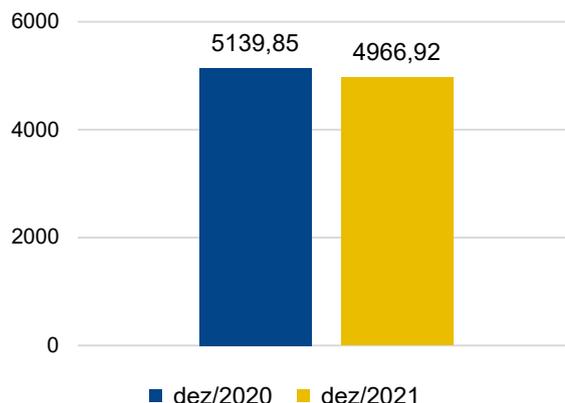


#### Gráfico 22 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em Bilhões de R\$

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Entretanto, ao observarmos o Gráfico 23, com os valores de dezembro de 2020 corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), notamos que

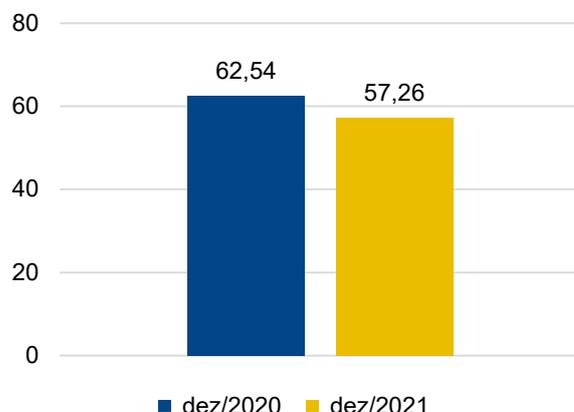
a DLSP obteve uma queda de 4,56%, onde o valor corrigido de 2020 foi de R\$5.139,85 Bilhões.



#### Gráfico 23 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em Bilhões de R\$ Corrigida pela Inflação

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

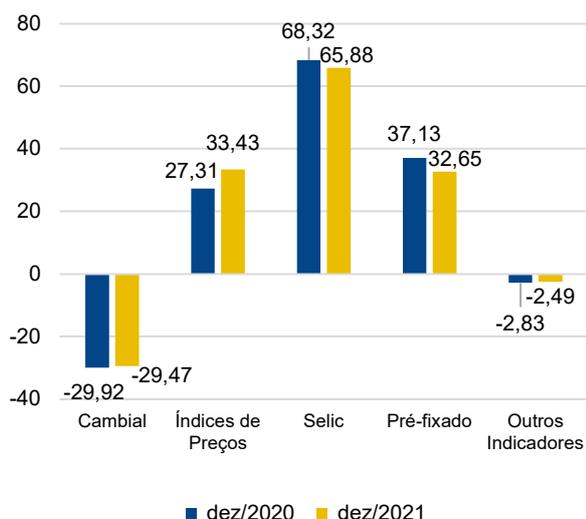
Comparado ao PIB, a DLSP atingiu uma participação de 57,26% do PIB em dezembro de 2021, representando uma queda de -5,28pp comparado aos 62,54% em dezembro de 2020. Segundo o BCB: “Esse declínio foi devido, sobretudo, aos efeitos do crescimento do PIB nominal (redução de 8,7 p.p.), da desvalorização cambial acumulada no ano de 7,4% (redução de 1,2 p.p.), do superávit primário (redução de 0,7 p.p.), parcialmente contrabalançados pelos juros nominais apropriados (aumento de 5,2 p.p.) e pela variação da paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (aumento de 0,4 p.p.)”. Essas variações são demonstradas no Gráfico 24



#### Gráfico 24 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em Relação ao PIB (%)

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Sobre os indexadores da DLSP, como é demonstrado no Gráfico 25, o Indexador cambial representa uma participação negativa na casa dos -29% em ambos os períodos, enquanto a Selic possui uma participação alta, acima de 65% em ambos os períodos. Os índices de Preços e o Pré-fixado foram os indexadores com variações mais significativas, representando variações de 6,12pp e -4,48pp respectivamente.



### Gráfico 25 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) por Indexador (em %)

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Como demonstrado no Gráfico 26, podemos observar uma queda significativa nas dívidas de vencimento em até 1 ano, representando -15,55pp comparado ao mesmo período do ano anterior. Outra variação significativa que vale a pena mencionar é um aumento de 9,8pp nas dívidas de vencimento entre 5 e 10 anos.



### Gráfico 26 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) por Vencimento (em %)

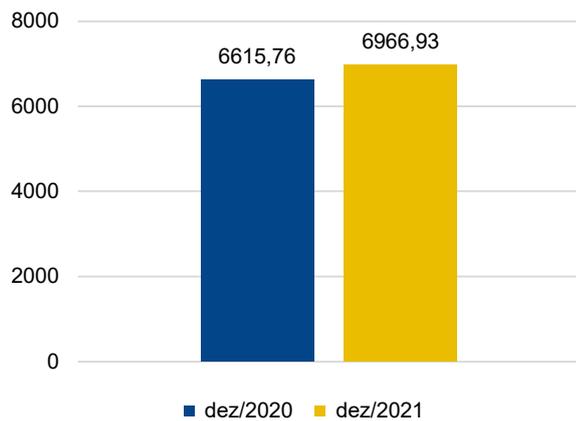
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Os juros da DLSP subiram de 5,6% em dez/2020 para 7,3% em dez/2021, representando um aumento de 1,7 pp. Este aumento foi fortemente influenciado pelos juros da Dívida Bruta Interna, que subiram de 5,8 para 7,9 no intervalo de doze meses.

## 4.2 DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) corresponde ao endividamento total dos governos Federal, Estaduais e Municipais. As operações compromissadas do Banco Central com títulos públicos também estão incluídas na DBGG pois estas estão fortemente vinculadas com o endividamento do tesouro nacional.

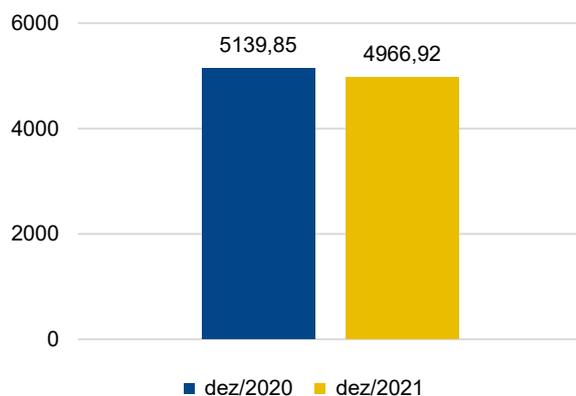
Em 2021, a DBGG atingiu R\$6,966,93 bilhões, como é representado no Gráfico 27, representando um aumento nominal de 5,49% comparado ao mesmo período do ano anterior. A Dívida Externa, na qual está contida na DBGG, obteve um aumento significativo de 17,7% entre 2021 e 2020, de forma a influenciar boa parte do aumento da Dívida Bruta.



**Gráfico 27 - Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em Bilhões de R\$**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Entretanto, considerando os valores de dezembro de 2020 corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), notamos que a DBGG obteve uma queda de 4,15%, como é demonstrado no Gráfico 28, demonstrando que a inflação do período impactou fortemente o desempenho da Dívida.

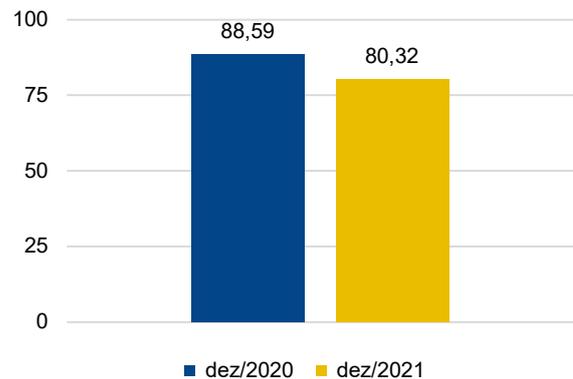


**Gráfico 28 - Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em Bilhões de R\$ Corrigida pela Inflação**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

A DBGG atingiu uma participação de 80,32% do PIB em dezembro de 2021, representando uma queda de 8,28pp comparado ao mesmo período de 2020, estes resultados são demonstrados no Gráfico 29. Segundo o BCB, as causas deste resultado foram: “O crescimento do PIB nominal (redução de 12,3 p.p.), os resgates líquidos de dívida (redução de 2,1 p.p.), a incorporação de juros nominais (aumento de

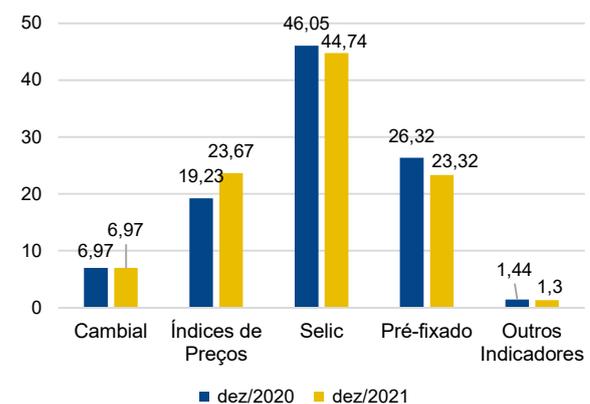
5,8 Nota para a Imprensa – 31.1.2022 p.p.) e a desvalorização cambial (aumento de 0,4 p.p.)”.



**Gráfico 29 - Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em Relação ao PIB**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Em ambos os períodos analisados (dez/2020 e dez/2021) a Selic representa o maior indexador da DBGG com valores acima de 40%. Além disso, de dez/2020 para dez/2021 encontramos variações significativas nas participações de indexadores como os índices de Preços e valores Pré-fixados, representando variações de 4,44pp e -3pp respectivamente, conforme o Gráfico 30.

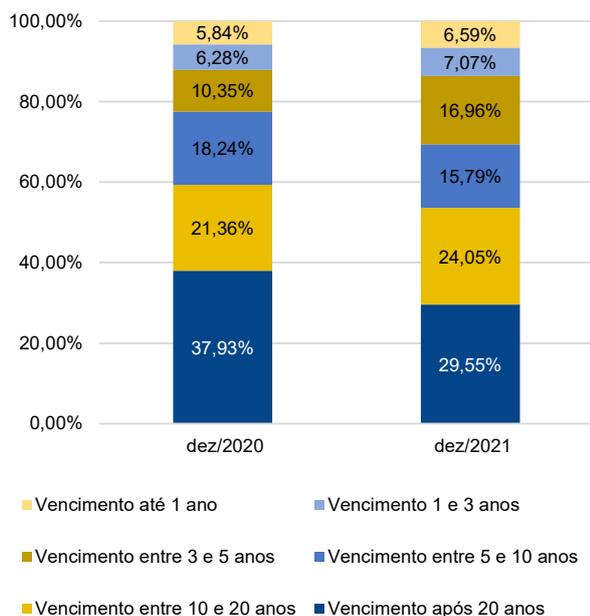


**Gráfico 30 - Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) por Indexador (em %)**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Como é mostrado no Gráfico 31. Entre dez/2021 e dez/2020 as variações mais significativas dos vencimentos da DBGG foram nos vencimentos de até um ano, com uma queda de 8,38pp e nos vencimentos

entre 5 e 10 anos, com um aumento de 6,61pp.



### Gráfico 31 - Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) por Vencimento

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Os juros da DBGG subiram de 5,9% em dez/2020 para 7,6% em dez/2021, representando um aumento de 1,7 pp. Este aumento foi fortemente influenciado pelos juros da Dívida Bruta Interna, que subiram de 5,8% para 7,8% no intervalo de doze meses.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas, Notas Econômico-Financeiras, Estatísticas Fiscais, Todas as Publicações**, janeiro de 2022. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist\\_estatisticasfiscais/202201\\_Tabelas\\_de\\_estatisticas\\_fiscais.xlsx](http://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202201_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx)>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas, Notas Econômico-Financeiras, Estatísticas do Mercado Aberto, Todas as Publicações**, janeiro de 2022. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/content/estatisticas/notasi](http://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/notasi)>

<[mprensamercaadoaberto/202201\\_Tabelas\\_de\\_estatisticas\\_do\\_mercado\\_aberto.xlsx](http://mprensamercaadoaberto/202201_Tabelas_de_estatisticas_do_mercado_aberto.xlsx)>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas, Tabelas Especiais, Cronograma de Vencimento da DLSP e da DBGG**. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/Cronop.xls](http://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Cronop.xls)>. Acesso em: 05 mar. 2022.

GOVERNO FEDERAL. **Assuntos, Notícias, 2022, Janeiro, Dívida Pública Federal atinge R\$ 5,613 trilhões em dezembro**. Disponível em: <[www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/janeiro/divida-publica-federal-atinge-r-5-613-trilhoes-em-dezembro](http://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/janeiro/divida-publica-federal-atinge-r-5-613-trilhoes-em-dezembro)>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas, Notas Econômico-Financeiras, Estatísticas Fiscais, Todas as Publicações**, janeiro de 2022. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist\\_estatisticasfiscais/202201\\_Texto\\_de\\_estatisticas\\_fiscais.pdf](http://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202201_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ALVARENGA, D. SILVEIRA, D. Arrecadação federal soma R\$ 1,87 trilhão e bate recorde em 2021. **G1**. Publicado em: 03/03/2021. Disponível em: <[g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/pib-do-brasil-despenca-41percent-em-2020.ghtml](http://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/pib-do-brasil-despenca-41percent-em-2020.ghtml)>. Acesso em: 02 abr. 2022

MARTELLO, A. LIS, L. Com pandemia, arrecadação federal recua 6,91% em 2020 e tem o pior resultado em dez anos. **G1**. Publicado em: 25/01/2021. Disponível em: <[g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/25/com-pandemia-arrecadacao-federal-recua-691percent-em-2020-e-tem-o-pior-resultado-em-10-anos.ghtml](http://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/25/com-pandemia-arrecadacao-federal-recua-691percent-em-2020-e-tem-o-pior-resultado-em-10-anos.ghtml)>. Acesso em: 02 abr. 2022

MÁXIMO, W. Arrecadação federal soma R\$ 1,87 trilhão e bate recorde em 2021. **Agência Brasil**. Publicado em: 25/01/2022. Disponível em:

<[agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/arrecadacao-federal-soma-r-187-trilhao-e-bate-recorde-em-2021](http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/arrecadacao-federal-soma-r-187-trilhao-e-bate-recorde-em-2021)>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SOUZA JR., José *et a.* Visão Geral da Conjuntura. **IPEA**. Publicado em 31/03/2022. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/atividade-economica/](http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/atividade-economica/)>. Acesso em: 01 abr. 2022.

TESOURO NACIONAL. **Resultado do Tesouro Nacional**. Dezembro de 2021. Publicado em: 28/01/2022. Disponível em: <[www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn](http://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn)>. Acesso em: 13 abr. 2022.

Instituto Fiscal Independente. **IFI**. Disponível em : <[www12.senado.leg.br/ifi](http://www12.senado.leg.br/ifi)>. Acesso em: abril 2022

TESOURO NACIONAL. **Relatórios da Avaliação das Receitas e Despesas Primárias (RARDP)**. (2021b) 1º bimestre, extemporâneo, 2º bimestre, 3º bimestre, 4º bimestre, 5º bimestre e extemporâneo. Disponível em: <[https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-rardp/2021/19-2?ano\\_selecionado=2021](https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-rardp/2021/19-2?ano_selecionado=2021)>. Acesso em: 13 abr. 2022.